

comercial) e e-mail: licitacao@turmalina.mg.gov.br. PREFEITURA MUN. DE TURMALINA/MG, 10 de março de 2026.

GABRIEL GOMES CORDEIRO.

Agente de Contratação.

Publicado por:

Gabriel Gomes Cordeiro

Código Identificador:91E060EF

**ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS**

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº
14/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2026**

MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS - PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 14/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2026 – **MENOR PREÇO POR ITEM**. O Município de União de Minas-MG, através da Pregoeira Oficial, vem tornar público a abertura do certame para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE FAIXAS, BANNERS E ADESIVOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS**. INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO: 12/03/2026 DAS 08:00 HRS. LIMITE DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 26/03/2026 AS 08:59 HRS. ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: 26/03/2026 AS 09:00 HRS (NOVE HORAS). Informações: Av. Cinco, nº 1.137, Centro, CEP 38288-000, União de Minas/MG, Tel.: (0**34) 3456-1900 Ramal 1904. União de Minas/MG, 11 de MARÇO de 2026.

REGINA MARIA SOARES FERREIRA –

Pregoeira/Agente de Contratação.

Publicado por:

Dinovan Queiroz de Almeida

Código Identificador:D7D5E012

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 018/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE
PREÇO Nº 09/2026**

DECISÃO ADMINISTRATIVA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº
09/2026**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM CENTÍMETROS DE COLUNA, NA IMPRENSA ESCRITA, EM ESPAÇO DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL E NO MUNICÍPIO, POR SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.

DOS FATOS

Trata-se de impugnação apresentada pela **ABRALEGAL – Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal**, entidade de caráter associativo, inscrita no CNPJ nº 46.628.474/0001-83, com sede na Avenida Paulista, nº 37, sala 436, Bairro Bela Vista, São Paulo/SP, com atuação nacional declarada na defesa da publicidade legal.

A impugnante dirige-se ao Pregão Eletrônico nº 09/2026, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de publicação em centímetros de coluna em jornal de circulação regional e no município, protocolada em 09 de março de 2026.

Em síntese, a ABRALEGAL sustenta: (a) ausência de critérios objetivos no Edital para definição de "jornal diário de grande

circulação"; (b) necessidade de fixação de tiragem mínima de 7.000 exemplares diários ou, alternativamente, audiência digital mínima de 15 milhões de visualizações mensais; (c) suposta restrição territorial indevida ao exigir jornal de circulação regional; e (d) advertência de possível representação ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais caso a impugnação não seja acolhida.

É o relatório. Passa-se à análise.

DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21 qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, vejamos:

Artigo 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

A peça impugnatória cumpriu os requisitos de forma e matéria, encontrando-se apta à apreciação.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Consoante lição de Hely Lopes Meirelles², a eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei, não havendo, na Administração Pública, liberdade nem vontade pessoal.

Assim, vale dizer: enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei, expressamente, autoriza.

Com efeito, de acordo com os ditames constitucionais em vigor, para o particular vale a regra de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (artigo 5º, II, Constituição Federal de 1988), já para a Administração Pública, toda e qualquer ação que se pretenda praticar deve estar fundamentada no sistema legal (artigo 37, caput, Constituição Federal de 1988).

Acerca do princípio da legalidade, Matheus Carvalho explica:

Com efeito, o administrador público somente pode atuar conforme determina a lei, amplamente considerada, abarcando todas as formas legislativas – desde o próprio texto constitucional até as leis ordinárias, complementares e delegadas. É a garantia de que todos os conflitos sejam solucionados pela lei, não podendo o agente estatal praticar condutas que considere devidas, sem que haja embasamento legal específico. Dessa forma, pode-se estabelecer que, no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima.

Feitas tais considerações, adentremos no mérito da impugnação ora apresentada.

O ponto central da impugnação reside na alegação de que o Edital estaria viciado por não estabelecer parâmetros técnicos mínimos – tais como tiragem ou audiência digital – para a definição de "jornal diário de grande circulação". Contudo, tal exigência não encontra amparo na legislação vigente.

O art. 54, §1º, da Lei nº 14.133/2021 limita-se a exigir a publicação do extrato do edital "em jornal diário de grande circulação", **sem estabelecer qualquer critério numérico de tiragem, número de exemplares ou de acessos digitais**. Trata-se de norma de eficácia plena que não demanda regulamentação adicional para sua aplicação.

Vale ressaltar que a própria doutrina invocada pela impugnante – Oliveira (2023) – é expressa ao reconhecer que "Não há também uma definição precisa do que seja a 'grande circulação', evidenciando que a matéria é deixada à discricionariedade técnica da Administração, a qual deve "optar pelo jornal que possa dar a maior divulgação possível, considerando o público que se deseja alcançar".